



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

Prova de seleção para estágio remunerado

NOME: _____

Instruções gerais:

A prova se constitui de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 1 (um) ponto cada uma, e 1 (uma) redação de caráter dissertativo, valendo 15 (quinze) pontos.

A redação deverá ser redigida entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.

O tempo máximo de realização da prova é de 3 (três) horas.

Durante a realização da prova, não é permitido o uso de qualquer material de consulta, a comunicação entre os candidatos e o uso de aparelho celular.

Questões objetivas:

Leia atentamente cada enunciado e marque a alternativa correta na folha de respostas. Não serão admitidas rasuras. Alternativas rasuradas serão desconsideradas.

1. Acerca dos direitos e garantias fundamentais é INCORRETO afirmar, à luz do texto constitucional, legal e do entendimento consolidado dos tribunais superiores:

- a) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- b) Ninguém será considerado culpado até o julgamento em 2ª instância que confirme a sentença condenatória proferida em 1º grau.
- c) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.



2. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) Não haverá júízo ou tribunal de exceção, salvo em caso de guerra declarada.
- b) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

3. Compete à Justiça Federal processar e julgar:

- a) As causas relativas a direitos humanos, sendo a competência definida entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual pelo critério da prevenção.
- b) Os crimes previstos em tratados internacionais, exclusivamente quando a consumação do delito ocorrer em território brasileiro e a Polícia Federal for a responsável pela investigação.
- c) Os crimes de tráfico de drogas e de armas, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.
- d) O crime de estelionato praticado em detrimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por se tratar de entidade autárquica federal.

4. Acerca dos crimes ambientais, conforme a Constituição e a Lei de Crimes Ambientais, é INCORRETO afirmar:

- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.



- c) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- d) Nas infrações penais previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) não é permitida a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito de prestação pecuniária.

5. De acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 9.296/96, é INCORRETO afirmar que:

- a) A interceptação de comunicações telefônicas não será admitida quando a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.
- b) A interceptação telefônica é permitida como meio de investigação em relação a todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.
- c) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

6. Sobre a Teoria do Crime, é INCORRETO afirmar:

- a) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, fica extinta a punibilidade.
- c) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.



7. Acerca dos princípios do Direito Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) É aplicável o princípio *In Dubio pro Reo*, que impõe, nos casos de dúvida quanto à prática do fato delituoso pelo réu, a sua absolvição.
- b) Conforme o princípio da irretroatividade da lei penal, consagrado nos textos constitucional e do Código Penal, a lei não retroagirá em desfavor do réu.
- c) O princípio da lesividade propõe a atuação do Direito Penal somente quando houver lesão a bem jurídico de terceiro.
- d) Não se aplica o princípio da taxatividade, dado que o julgador dispõe de autonomia na aplicação concreta da lei.

8. Extrai-se da parte geral do Código Penal, EXCETO:

- a) Diz-se o crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- b) O crime culposo ocorre quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- c) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) A ilicitude é excluída quando o agente pratica o fato em estado de necessidade; em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

9. A respeito do regime legal da prescrição no Código Penal, tendo por base ocorrência do fato na data de hoje, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- b) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, independentemente do prazo estabelecido para a prescrição da pena de liberdade aplicada cumulativamente.



c) Se o réu citado por edital permanece revel e não constitui advogado, fica suspenso o processo, mantendo-se em curso o prazo prescricional, que passa a ser computado pelo dobro da pena máxima cominada ao crime.

d) São causas interruptivas do curso da prescrição previstas no Código Penal, dentre outras, o recebimento da denúncia ou da queixa, a pronúncia e a publicação da sentença condenatória ou absolutória recorrível.

10. A propósito da falsidade documental, é CORRETO afirmar:

a) O documento particular não pode ser objeto do crime de falsidade ideológica.

b) O crime de falsificação de documento particular ocorre apenas com a falsificação integral do documento.

c) O cartão de débito ou crédito equipara-se a documento particular

d) Os livros mercantis não podem ser objeto do crime de falsificação de documento público.

11. Em relação aos crimes ambientais, é CORRETO afirmar:

a) Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida, configura infração penal, ainda que a atividade tenha sido levada a efeito em área particular.

b) A lavratura do auto de infração pelo IBAMA atrai obrigatoriamente a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da ação penal referente ao delito ambiental correlato.

c) O processamento e o julgamento dos crimes contra a fauna é, em regra, da Justiça Federal.

d) São circunstâncias que atenuam a pena o baixo grau de escolaridade do agente, bem como o cometimento do crime em períodos de seca ou inundações.

12. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Constitui efeito da condenação, a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.



- b) Constitui efeito automático da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.
- c) É possível, como efeito da condenação, o perdimento de valores equivalentes ao produto do crime quando este não for encontrado.
- d) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é um dos efeitos da condenação imposta em decisão penal.

13. A respeito da EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, é CORRETO afirmar o seguinte:

- a) A prescrição extingue a punibilidade, exceto quanto aos crimes relacionados à prática de racismo, à ação de grupos armados contra a ordem constitucional e ao tráfico internacional de drogas.
- b) As penas restritivas de direitos não se submetem aos mesmos prazos prescricionais das penas privativas de liberdade.
- c) A prescrição da pena de multa ocorre sempre no prazo de 2 (dois) anos.
- d) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.
- b) A denúncia oferecida pelo Ministério Público será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- c) O juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação quando o acusado ficar sujeito a pena mais grave.
- d) O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça estar provada a inexistência do fato.



15. Assinale a INCORRETA acerca da ilicitude da prova e nulidades:

- a) A filmagem em locais públicos consiste em prova ilícita.
- b) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, bem como as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- c) Excepcionalmente, a prova ilícita é admitida no processo penal, como ocorre quando é utilizada pelo réu para provar sua inocência.
- d) O juiz que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

16. Acerca do Inquérito Policial, é CORRETO afirmar:

- a) Não é cabível a reabertura das investigações quando o arquivamento do inquérito tenha sido determinado por magistrado competente, a pedido do Ministério Público, em virtude da atipicidade penal do fato, mesmo que a peça acusatória esteja alicerçada em novos elementos probatórios.
- b) A autoridade policial está autorizada a arquivar o inquérito quando constata não existirem elementos de prova acerca da autoria do crime investigado.
- c) Trata-se de procedimento obrigatório para a apuração da existência da infração penal e sua autoria, sem o qual a denúncia ou queixa oferecida não pode ser recebida pelo Juiz.
- d) É lícita a condenação baseada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, porquanto o Supremo Tribunal Federal confere primazia ao princípio do livre convencimento do Juiz.

17. Acerca da prisão provisória, é CORRETO afirmar:

- a) A prisão cautelar é a regra no ordenamento jurídico brasileiro, nos casos em que o agente é flagrado praticando infração penal de competência federal.
- b) A prisão preventiva pressupõe que o agente já tenha sido condenado por outro crime doloso, com sentença transitada em julgado.



- c) A prisão preventiva pode ser decretada tanto na fase da investigação policial, quanto no curso da ação penal.
- d) A prisão preventiva pode ser decretada e mantida com base na gravidade abstrata do crime perpetrado, especialmente quando o delito estiver no rol dos crimes hediondos da Lei nº 8.072/90.

18. Considerando-se as afirmações abaixo, está INCORRETA a alternativa:

- a) A audiência de custódia será realizada para a oitiva de pessoa presa, a fim de permitir sejam verificadas as circunstâncias em que se realizou sua prisão.
- b) Antes de iniciar o interrogatório, o réu será cientificado do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas, sendo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- c) Nos crimes de menor potencial ofensivo, havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

19. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As coisas apreendidas durante o inquérito penal não poderão ser restituídas antes de transitar em julgado a sentença final, enquanto interessarem ao processo.
- b) É cabível o recurso em sentido estrito em face da decisão judicial que não receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- c) Compete ao Juizado Especial Criminal o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, aí incluídos os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.



d) A apelação em face de sentença absolutória possui efeito suspensivo, de modo que sua interposição pelo Ministério Público impede seja o réu posto de imediato em liberdade.

20. Acerca da execução penal:

I) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

II) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

III) A Súmula 192 do Superior Tribunal de Justiça afirma que compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual.

IV) Compete ao Juiz da execução aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado; declarar extinta a punibilidade; decidir sobre soma ou unificação de penas, entre outros.

a) I e IV.

b) Apenas I.

c) Todas estão corretas.

d) Nenhuma está correta.

Nome: _____

Grade de respostas

	RESPOSTAS					RESPOSTAS			
1					11				
2					12				
3					13				
4					14				
5					15				
6					16				
7					17				
8					18				
9					19				
10					20				



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

Disserte, em no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas, sobre a relação entre o princípio da presunção de inocência ou não culpabilidade e a exposição midiática das investigações policiais e do processo penal.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

Prova de seleção para estágio remunerado

Questões objetivas - GABARITO:

- 1. B
- 2. A
- 3. D
- 4. D
- 5. B
- 6. B
- 7. D
- 8. C
- 9. A
- 10. C
- 11. A
- 12. B
- 13. D
- 14. C
- 15. A
- 16. A
- 17. C
- 18. B.
- 19. D
- 20. C